XXI FAC-FEA LIVRE
Semana Acadêmica Cultural e XVII Encontro de iniciação Científica da FAC-FEA

ATIVIDADE, SOFRIMENTO E PERMANÊNCIA NA RUA: avanços de uma pesquisa com pessoas em situação de rua em Araçatuba

Nayle Cristina Estrela PASSOS
Faculdade da Fundação Educacional de Araçatuba (FAC-FEA)
E-mail: Nayle.cristina@hotmail.com

Gabriela Rosa SILVA
Faculdade da Fundação Educacional de Araçatuba (FAC-FEA)
E-mail: gr6109599@gmail.com

Amanda Aparecida Barros de SOUZA
Faculdade da Fundação Educacional de Araçatuba (FAC-FEA)
E-mail: amanda.barros820@gmail.com

Aline Angela Vitorino da Silva Vasconcelos
Faculdade da Fundação Educacional de Araçatuba (FAC-FEA)
E-mail: aline_angela@yahoo.com.br

Thomas Henrique da Silva TEIXEIRA
Universidade Paulista - UNIP
e-mail: thomas_teixeira@hotmail.com

Allan Alberto FERREIRA
Unesp-Marília
e-mail: allan-alberto.ferreira@unesp.br

Luis Henrique ZAGO
Faculdade da Fundação Educacional de Araçatuba (FAC-FEA)
e-mail: luishenriquezago@hotmail.com

EIXO: Ciências Humanas, Sociais e da Saúde

RESUMO
Este artigo apresenta os avanços de uma investigação qualitativa, fundamentada na Teoria Histórico-Cultural e, em especial, na Teoria da Atividade de A. N. Leontiev, sobre o sofrimento psicológico de pessoas em situação de rua usuárias de serviços públicos e filantrópicos no município de Araçatuba/SP. Em 2025, o campo foi ampliado do Centro POP para um albergue privado, de natureza filantrópica, ligado à Igreja Católica, possibilitando uma análise comparativa dos dois equipamentos. Os registros de observação participante, entrevistas com profissionais e usuários e diários de campo indicaram convergências estruturais: crença institucional difusa de que "sair da rua" é muito difícil; alta rotatividade de profissionais; barreiras burocráticas (exigência documental) e rotinas que fragmentam as trajetórias dos usuários. A hipótese central consolidada é que muitos sujeitos manifestam o desejo de deixar a rua, mas não conseguem concluir cadeias de ações que orientem sua atividade em direção a um objeto de necessidade (moradia, trabalho, recomposição de vínculos), produzindo um ciclo de atividade inconclusa, sofrimento e adoecimento psíquico; a

drogadição aparece, nesse quadro, como sintoma e estratégia de manejo do sofrimento. Interpretamos o sofrimento como forma de atividade consciente (Marino Filho) que emerge da contradição entre motivos socialmente constituídos e condições objetivas de realização. Apontamos como implicações um esquema de intervenções que integrem mediações estáveis (redução da rotatividade), construção de objetos de necessidade compartilhados, planos de ação em micro-etapas, e tutoria de caso com lógica de andaimagem (zona de desenvolvimento próximo), visando transformar atividade inconclusa em atividade finalizável.

Palavras-chave: pessoas em situação de rua; teoria da atividade; sofrimento psicológico.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho relata e analisa avanços teórico-metodológicos e empíricos de uma pesquisa em curso sobre o sofrimento psicológico de pessoas em situação de rua (PSR) na cidade de Araçatuba/SP. A pesquisa insere-se no âmbito do grupo "Teoria Histórico-Cultural: educação e desenvolvimento psicológico" (FAC-FEA) e aprofunda resultados preliminares apresentados em 2024, quando mapeamos, no Centro POP[1], a persistência de trajetórias de permanência na rua apesar de práticas assistenciais. Em 2025, ampliamos o campo para um albergue filantrópico ligado à Igreja Católica, com parceria municipal, o que permitiu comparações entre equipamentos com lógicas organizacionais diferentes, porém públicos sobrepostos.

Observamos convergências: crença institucional-ambiental de que "é muito difícil sair da rua"; alta rotatividade de profissionais, com consequente descontinuidade de mediações; e barreiras como a exigência de documentação para acesso e permanência. Tais elementos incidem sobre a organização da atividade dos sujeitos e ajudam a compreender por que o desejo declarado de mudança não se converte, muitas vezes, em uma cadeia de ações conclusiva. Neste trabalho, propomos uma interpretação ancorada na Teoria da Atividade (Leontiev 2017) e no conceito de sofrimento como forma de atividade consciente (Marino Filho, 2020.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de pesquisa qualitativa, com inspiração etnográfica e observação participante em dois equipamentos: (a) Centro POP municipal; (b) Albergue filantrópico ligado à Igreja Católica com parceria municipal. O recorte temporal compreende 2024–2025. Foram utilizados: visitas técnicas sistemáticas; entrevistas semiestruturadas com profissionais (assistência social, psicologia, zeladoria) e usuários; análise de documentos institucionais; e

[1] Em anexo apresentamos quadro comparativo das duas instituições.

diários de campo. O material foi analisado por procedimentos de análise temática orientada pela Teoria da Atividade (unidades de sentido relacionadas a motivo-objeto-ação-operação) e por categorias emergentes (barreiras, mediações, rotatividade, estigma, desejo de mudança).

Aspectos éticos: asseguramos consentimento livre e esclarecido, preservação de identidade, direito à desistência e respeito às rotinas institucionais. Por se tratar de pesquisa em populações vulneráveis, priorizamos a não interferência indevida nas rotinas de acolhimento e o cuidado com exposições a riscos.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Teoria Histórico-Cultural compreende o psiquismo como produto da vida social e das mediações culturais, constituído pela unidade de processos simbólicos, afetivos e cognitivos. Em Leontiev (2017), a atividade é regulada por um motivo (objeto de necessidade), ao passo que as ações que a compõem são orientadas por objetivos. O objetivo ganha forma concreta como tarefa, isto é, uma situação-problema que especifica meios, instrumentos e condições de execução. Em contextos socialmente mediados, motivo e objetivo[2] nem sempre coincidem; a efetividade transformadora depende de organizar objetivos e tarefas que, nas condições reais, realizem o motivo. É nesse marco que "sair da rua" deve deixar de ser apenas declaração de objetivo geral e converter-se em séries de objetivos de ação e tarefas viáveis, sustentadas por andaimagens institucionais e monitoradas no tempo. Quando o objeto não se dá como possibilidade real, ou quando mediações institucionais e sociais se mostram frágeis, as cadeias de ações tendem a interromper-se ou a reorganizar-se em trajetórias que não satisfazem a necessidade que as gerou. Nessa chave, "sair da rua" não é um mero ato de vontade individual, mas uma reconfiguração da atividade em torno de novos objetos viáveis (moradia, trabalho, pertencimento) e de condições para sua realização.

Inspirados em Marino Filho, adotamos o sofrimento como categoria que exprime a forma de atividade consciente pela qual o sujeito suporta, interpreta e responde a contradições objetivas e subjetivas de sua existência. O sofrimento mais do que um estado; é prática social e psíquica, com sentido e direção. Quando cadeias de ações ficam cronicamente inconclusas,

[2]Para evitar ambiguidade terminológica, neste artigo empregamos "objetivo" no nível da ação, reservando "motivo" ao nível da atividade e admitindo "finalidade geral da atividade" como formulação teleológica do motivo. Essa distinção é chave para entender por que declarações como "sair da rua" (objetivo geral declarado) não se realizam quando não se desdobram em objetivos de ação e tarefas viáveis, apoiadas por mediações estáveis.

a atividade de suportar tende a predominar, produzindo desgaste e adoecimento psíquico. A drogadição, nesse quadro, é interpretada como síntese prática — uma mediação precária — para manejar o sofrimento, e não como sua causa exclusiva.

4 CONTEXTO INSTITUCIONAL E AVANÇOS DE CAMPO

A entrada no albergue ampliou o escopo da pesquisa e confirmou que o público atendido é amplamente o mesmo que frequenta o Centro POP. O albergue opera com acolhimento noturno entre 16h e 7h, com capacidade para 34 pessoas, distribuídas em quartos para homens, mulheres e famílias; oferece jantar, café da manhã, itens de higiene e roupas de cama limpas. Em regra, exige documentação (RG/CPF) para cadastro e limita a permanência a até oito noites, com flexibilização em períodos de frio. A gestão sinaliza alta rotatividade de usuários e necessidade de parcerias para manutenção — inclusive voluntariado para limpeza, doações e serviços como corte de cabelo quinzenal.

Observamos uma ambivalência institucional: por um lado, regras e fluxos visam garantir segurança e convivência; por outro, elas podem se converter em barreiras, sobretudo para quem perdeu documentos, está sob efeito de substâncias ou chega fora do horário. A mediação dos profissionais (e sua rotatividade) mostra-se decisiva para a constituição de vínculos com os usuários e para a continuidade do cuidado (por exemplo, encaminhamentos ao Centro POP e ao mercado de trabalho local). Em termos de clima institucional, há relatos de que os próprios usuários preferem que não se acolha quem chega alcoolizado para evitar conflitos noturnos, evidenciando uma cultura prática de “autoproteção do sono” e de respeito às regras que incidem na vida comum do abrigo.

Na tabela a seguir apresentamos um quadro comparativo das instituições onde realizamos nossa atividade de pesquisa.

TABELA - Comparativo entre Centro POP e Albergue Católico (Araçatuba/SP)

Dimensão	Centro POP (serviço público de referência)	Albergue católico (acolhimento filantrópico/noturno)
Finalidade central	Referência diurna; convívio, higiene, guarda de pertences, apoio documental, encaminhamentos; construção de vínculos e projetos.	Pernoite e proteção imediata; alimentação, higiene, regras de convivência; convivência noturna segura; apoio básico e encaminhamentos.
Público	Pessoas em situação de rua do município e em trânsito; circulação contínua.	Pessoas em situação de rua com necessidade de abrigo noturno; público amplamente sobreposto ao Centro POP.

Acesso e regras	Fluxos de chegada/acolhida; rotinas diurnas; apoio para documentação; articulação com rede socioassistencial.	Horário de entrada e saída; regras de convivência; possibilidade de critérios em dias de frio; exigência documental variando por caso.
Serviços/benefícios	Higiene, alimentação eventual, oficinas/atividades, escuta, encaminhamentos (saúde, CRAS/CREAS, trabalho).	Jantar, café da manhã, banho, cama/roupa de cama, organização do sono; encaminhamentos e suporte prático.
Barreiras recorrentes	Documentação faltante; horários; lotação; estigma em outros serviços; rotatividade profissional.	Chegada fora do horário; uso de substâncias no ingresso; documentação; lotação; rotatividade e dependência de voluntariado.
Mediações eficazes observadas	Apoio ativo para 2ª via de documentos; articulação intersetorial; planos de micro-etapas; manutenção de memória do caso.	Flexibilização responsável em situações críticas; tutoria informal; parcerias com saúde e assistência; rotinas estáveis para o sono.
Rotatividade profissional	Considerada alta; afeta continuidade de planos e vínculos.	Presente; dependência de equipes mistas (funcionários/voluntários) dificulta continuidade.
Fluxos de saída/seguimento	Encaminhamentos para moradia, trabalho, saúde; casos de 'saída' com retorno para agradecimentos.	Encaminhamentos para Centro POP, saúde e oportunidades; registros de 'saídas' esporádicas com reforço de vínculos positivos.
Crenças institucionais	Percepção disseminada de que é "muito difícil sair da rua".	Crença semelhante, com ênfase na proteção imediata da noite e riscos do conflito.

5 RESULTADOS (PARCIAIS): ACHADOS ORGANIZADOS

5.1 CONVERGÊNCIAS ENTRE CENTRO POP E ALBERGUE

• Público sobreposto: circulação de usuários entre os equipamentos.

• Crença difusa na elevada dificuldade de "sair da rua".

• Rotatividade de profissionais e descontinuidade de planos.

• Barreiras documentais e horários como filtros de acesso.

5.2 INDICATIVOS DO DESEJO DE MUDANÇA

Relatos dos usuários apontam desejo explícito de mudança (busca por quarto, recomposição familiar, trabalho), mas a sequência de ações necessárias tende a interromper-se em pontos previsíveis:

a) obtenção de documentos;

b) continuidade em serviços;

c) estabilidade mínima de rotina;

d) recaídas no uso de substâncias.

Em raros casos, observou-se "saída" com posterior visita ao equipamento para despedida e agradecimento — evidência de que mudanças são possíveis quando mediações se encadeiam no tempo.

5.3 REGRAS, SEGURANÇA E CONFLITO

A regra de não acolher usuários alcoolizados cumpre função protetiva, mas pode afastar quem mais precisa de abrigamento em noites frias. Em situações de exceção, a decisão informada de flexibilizar (sob condições) indicou competência situacional, mas também revelou a fragilidade de protocolos que dependem de pessoas específicas.

Mudanças frequentes de equipe minam a construção de motivos compartilhados e a continuidade de planos. Projetos iniciados com um profissional nem sempre encontram prosseguimento com o seguinte, o que desagrega a cadeia de ações dos usuários e reforça a experiência de atividade inconclusa.

6 DISCUSSÃO

Propomos que a permanência na rua, mesmo quando coexistem desejo de mudança e acesso episódico a serviços, se compreende como efeito de uma organização da atividade em que:

a) os objetos de necessidade (moradia estável, vínculos recompostos, trabalho) não se consolidam como motivos devido à incongruência com as condições objetivas e às mediações instáveis;

b) as ações fragmentam-se por ausência de andaimagens institucionais[3];

c) a experiência reiterada de falha converte a atividade central em suportar — sofrimento — cuja gestão frequentemente inclui consumo de substâncias como mediação precária.

A teoria da atividade ajuda a mapear onde a cadeia se rompe; o conceito de sofrimento (como forma de atividade consciente) explicita como os sujeitos respondem a contradições.

[3] Por "andaimagens institucionais" estamos nomeando os suportes socio-técnicos estáveis que uma instituição organiza para que a pessoa consiga encadear ações rumo a um objeto de necessidade (ex.: obter documento, acessar moradia, conseguir renda), que quando sozinha a pessoa não conseguiria. Seriam arranjos estáveis de papéis, rotinas e instrumentos que atravessam trocas de turno e de equipe.

Duas implicações decorrem: é preciso transformar “sair da rua” de meta abstrata em objeto de necessidade compartilhado, com sentido pessoal, suportado por ações encadeadas exequíveis nas condições reais do sujeito; é indispensável reduzir descontinuidades (rotatividade) e instituir mediações estáveis (tutoria de caso, acordos interserviços) que garantam continuidade temporal e memória institucional das trajetórias.

7 IMPLICAÇÕES PARA A INTERVENÇÃO

A partir dos achados empíricos e do enquadre teórico adotado — Teoria da Atividade, sofrimento como forma de atividade consciente, propomos um desenho interventivo composto por seis eixos operacionais integrados. O objetivo consiste em converter “desejos de mudança” em cadeias de ações efetivamente conclusivas, sustentadas por mediações estáveis no tempo e por dispositivos institucionais que funcionem como andaimagens.

7.1 TUTORIA DE CASO E CONTINUIDADE

A tutoria de caso organiza a memória temporal do plano singular de cada usuário, reduz a dispersão provocada pela rotatividade e assegura o encadeamento das micro-etapas. Recomenda-se a designação nominal de um tutor por caso, com responsabilidade interinstitucional (Centro POP–Albergue–Saúde). O tutor elabora e atualiza o plano, agenda passos de curto prazo, realiza acompanhamentos presenciais quando necessário e mantém um diário de bordo acessível às equipes envolvidas. Para garantir continuidade, define-se substituto formal em férias e afastamentos. Essa arquitetura confere direção e estabilidade à atividade orientada a objetos de necessidade, criando condições para que motivos se consolidem e se transformem em ações coordenadas.

7.2 CONSTRUÇÃO DE OBJETOS DE NECESSIDADE

“Sair da rua” opera como macro-meta e tende a permanecer abstrata sem objetos concretos que a tornem realizável. Propomos oficinas de projeto de vida em que o coletivo traduza a macro-meta em objetos de necessidade com sentido pessoal e viabilidade prática: documento civil, moradia, renda mínima, recomposição de vínculos. Cada objeto se desdobra em metas semanais, com responsabilidades e prazos, articulando significado social e sentido pessoal. O processo de coanálise identifica barreiras previsíveis (documentação, horários, estigma, deslocamento) e mediações disponíveis, prevenindo rupturas.

7.3 PLANO DE AÇÃO EM MICRO-ETAPAS

A conversão do objeto em ação requer decomposição em tarefas curtas, executáveis nas condições reais do sujeito. O plano detalha quem faz o quê, quando e com quem, incorpora checklists enxutos e critérios de êxito que alimentam a etapa seguinte. A ética do "fazer com" substitui o "mandar fazer": acompanhamentos presenciais — sobretudo na travessia de barreiras estigmatizantes — funcionam como andaimagem até que a tarefa se torne autônoma. A validação de pequenos êxitos fortalece a motivação e reordena o sentido da atividade

7.4 ANDAIMAGEM E SUPORTE SOCIOAFETIVO

As andaimagens institucionais combinam papéis, instrumentos e rotinas que sustentam o aprendizado situado em tarefas reais. Inspirados na Zona de Desenvolvimento Próximo, articulamos acompanhamento entre pares (usuários que já cumpriram determinada etapa acompanham outros) e duplas técnicas (profissionais que executam junto tarefas críticas, como o atendimento em balcões públicos). Ensaios prévios e role-play preparam interações atravessadas por estigma, reduzindo a chance de recusa ou retraimento.

7.5 GESTÃO DE CONFLITOS E REGRAS

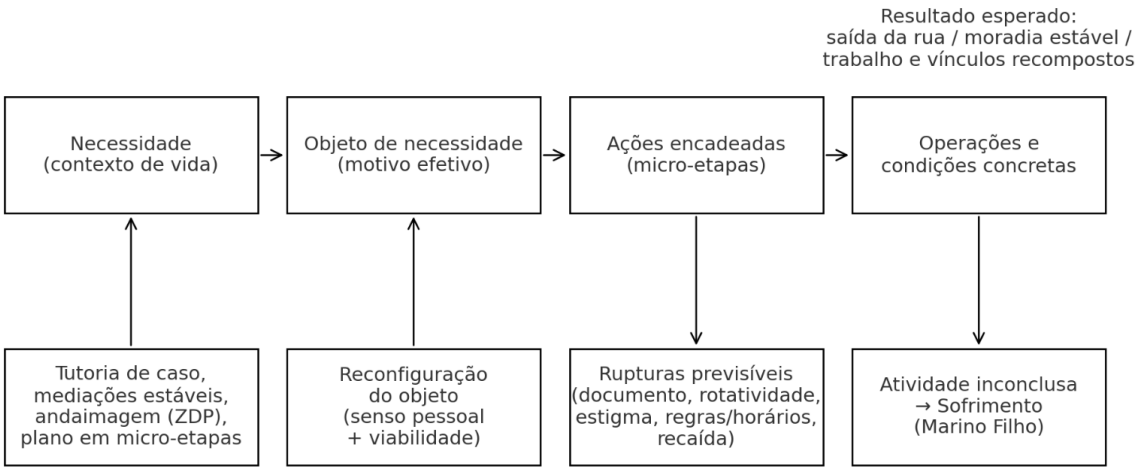
Regras claras produzem previsibilidade e protegem o coletivo; regras inflexíveis convertem-se em barreiras para quem mais necessita de acolhimento. Propomos critérios de flexibilização escritos e públicos para situações críticas (noites de frio, perda de documentos, uso eventual de substâncias), associados a medidas de mitigação de risco e a registros em livro de ocorrência. A decisão torna-se institucional e não personalista, reduzindo a dependência de "quem está de plantão". A mediação de conflitos inclui protocolos breves de escuta, separação segura de envolvidos, e retomada de combinados de convivência. Indicadores de segurança, convivência e acolhimento entram na avaliação de rotina, evitando a captura punitiva do serviço.

7.6 ROTATIVIDADE

A rotatividade corrói vínculos, interrompe cadeias de ação e apaga memória institucional. O enfrentamento requer protocolos mínimos que sobrevivem à troca de pessoas: diários de bordo padronizados; passagem de plantão com três itens obrigatórios (última ação, próxima ação, responsável e data); base de dados de contatos e documentos; formação breve e

recorrente de integração de novos membros; supervisão periódica focada em casos complexos. A instituição substitui dependências individuais por arranjos socio-técnicos que preservam continuidade, condição para que motivos se mantenham em atividade e não se convertam em sofrimento decorrente de atividades inconclusas.

Para aferir a efetividade do desenho, sugerimos indicadores de processo e resultado: (a) proporção de casos com tutor designado e substituto; (b) número médio de micro-etapas concluídas por semana; (c) tempo mediano até emissão de documentos; (d) taxa de flexibilizações documentadas com critérios; (e) registro de episódios de conflito e sua resolução; (f) saídas sustentadas em 3–6 meses (moradia estável, renda mínima, reingresso escolar ou laboral, recomposição de vínculos); (g) satisfação do usuário com o percurso. A combinação desses eixos produz continuidade temporal, aprendizagem situada e redução de estigmas interacionais, condições necessárias para transformar atividade inconclusa em atividade finalizável com potência de mudança.



8 LIMITAÇÕES E PRÓXIMOS PASSOS

Os achados derivam de observações em um município e em dois equipamentos, com número ainda limitado de entrevistas em profundidade. A natureza aberta do campo implica variação sazonal (clima, fluxos de migração) e decisória (gestores, voluntariado). Próximos passos incluem: ampliação de entrevistas com usuários em diferentes estágios da trajetória; protocolo comparativo de casos de “saída” bem-sucedida; e estudo de coorte curto (3–6 meses) para testar um desenho piloto de tutoria de caso com micro-etapas.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados aqui sistematizados sustentam a hipótese de que a permanência na rua, para uma parcela expressiva dos casos observados, não se explica por ausência de desejo de mudança, mas por uma organização da atividade que permanece inconclusa. À luz de Leontiev (2017), desejar "sair da rua" não basta para que tal desejo opere como motivo eficaz: é preciso que se configure um objeto de necessidade viável, que convoque ações coordenadas e operações compatíveis com as condições reais de vida. Quando a cadeia motivo–objeto–ação–operação se rompe de modo recorrente — em geral nos pontos previsíveis de documentação, acesso a serviços, regras e tempos institucionais, deslocamento, interações marcadas pelo estigma, rotatividade de equipes — o sistema de atividade tende a reorganizar-se em tarefas de suporte da própria existência (alimentar-se, aquecer-se, evitar conflitos, encontrar um lugar para dormir). Nessa transmutação, a atividade de mudança cede lugar a uma atividade de suportar: uma prática cotidiana que conserva a vida, mas não transforma a condição.

É precisamente nesse deslocamento que o conceito de sofrimento de Marino Filho (2020) ilumina o fenômeno. O sofrimento aparece como forma de atividade consciente pela qual o sujeito administra contradições objetivas e subjetivas sem lograr resolvê-las. Ele não é simples estado passivo; é prática – organizada, dotada de sentido – de sustentação sob condições adversas. Quando a mudança não se materializa porque mediações estáveis faltam e as cadeias de ação se interrompem, o sofrimento se torna o regime dominante da atividade. A drogadição, nessa perspectiva, deve ser interpretada menos como causa e mais como síntese prática para manejar tensões, ansiedade, dor e humilhação; é uma mediação precária para suportar, não um programa de vida. Descrever a dependência como sintoma, e não como essência moral do sujeito, desloca a análise do plano da culpa para o plano sócio-histórico das mediações que faltam.

A leitura corrente segundo a qual "pessoas em situação de rua querem ficar na rua" colide com o material empírico e com a própria teoria da atividade. Em termos leontievianos, o que se observa como "preferência" é, muitas vezes, o efeito visível de objetos não viabilizados e de condições hostis que retraem a agência para a esfera da sobrevivência imediata. Uma rotina que prioriza "conseguir dormir em segurança hoje" pode ser lida, de fora, como escolha estática; por dentro, ela expressa uma racionalidade prática sob constrangimentos objetivos, frequentemente ressignificada por sentidos defensivos ("não

quero abrigo porque dá confusão", "não adianta tirar documento"). Esses sentidos, longe de prova de ausência de desejo, são arranjos de proteção do eu frente à repetição do fracasso e ao desgaste interacional. Por isso, nossa hipótese não romantiza a vontade nem a reduz ao indivíduo: ela a inscreve em sistemas de atividade reais, onde motivos só se consolidam se encontram andaimagens institucionais e condições compatíveis.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui em três frentes. Primeiro, ao operacionalizar a distinção leontieviana entre motivo e objetivo particular da ação, mostramos que "sair da rua" como motivo permanece um objetivo geral abstrato quando não se desdobra em tarefas concretas (documento, moradia, renda mínima, recomposição de vínculos), sustentados por micro-etapas e por quem-faz-o-quê-quando-com-quem. Segundo, ao adotar o sofrimento como categoria de atividade (Marino Filho, 2020), evidenciamos que a inconclusão não é mero hiato entre tentativas: ela produz um modo de funcionar que captura tempo, energia e afeto, retroalimentando a permanência. Terceiro, ao integrar a noção de andaimagem ao nível institucional, defendemos que a continuidade temporal da intervenção depende menos de pessoas excepcionais e mais de arranjos socio-técnicos estáveis (tutoria de caso interinstitucional, diários de bordo, rotinas mínimas de passagem de plantão, protocolos de exceção, agendas POP–albergue–saúde), capazes de conservar o plano para além da rotatividade.

No plano prático, as implicações são diretas. Passar de uma gestão de vagas para uma gestão de trajetórias significa reconfigurar "sair da rua" como projeto de atividade com objetos compartilhados, prazos curtos, critérios de avanço e fading do suporte. O que chamamos de andaimagens institucionais são as condições de possibilidade para que o motivo se mantenha vivo e se traduza em ação. Onde esses andaimes são mínimos — tutor nomeado e substituto, checklist de 48 horas para documentação, reuniões breves interserviços, protocolo de exceção em onda de frio, discussões entre pares — as cadeias voltam a fechar e os pequenos êxitos passam a produzir sentido. É essa produção de sentido, cumulativa e visível, que ressimboliza a mudança aos olhos do próprio sujeito e dos coletivos que o cercam, enfraquecendo o circuito da atividade inconclusa.

Há, por fim, um ganho epistemológico e ético. Epistemologicamente, a hipótese da atividade inconclusa evita tanto o reducionismo voluntarista ("basta querer") quanto o determinismo estrutural ("não há saída"), propondo uma unidade de análise na qual o sujeito e as mediações se co-definem ao longo do tempo. Eticamente, ela recusa a narrativa de culpabilização ("querem ficar"), substituindo-a por um diagnóstico explanatório e

intervencionista: não é a vontade que falta; faltam mediações e continuidade. Nossas evidências empíricas, somadas ao arcabouço teórico de Leontiev (2017 e 1981) e Marino Filho (2019 e 2020), sugerem que, quando objetos de necessidade são construídos e andaimagens são instituídas, a atividade de suportar pode ser reordenada em atividade de mudança — e a rua, de destino, torna-se trajetória.

Encerramos afirmando que a permanência na rua é menos um querer ficar e mais um não conseguir sair. O desafio científico e político reside em transformar condições para que o motivo da mudança se estabilize e encontre cadeias de ação finalizáveis. A agenda que propomos — tutoria de caso, micro-etapas, protocolos de continuidade e andaimagem institucional — não é apenas exequível; ela é teoricamente consistente com a Teoria da Atividade e com o conceito de sofrimento como atividade, e mostra, no material empírico, potência real para produzir saídas sustentadas.

REFERÊNCIAS

LEONTIEV, A. N. As necessidades e os motivos da atividade. Em: **Ensino Desenvolvimental: Antologia**. Uberlandia: EDUFU, 2017. v. 1p. 39–58.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo.** Tradução de Manuel Dias Duarte, Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

MARINO FILHO, A. Atividade, significação e sentido: bases do sofrimento psicológico e a especifi- cidade do adoecimento do professor. *In:* FACCI, Marilda G. D.; URT, Sonia da C. (org.). **Quando os professores adoecem:** demandas para a psicologia e a educação. Campo Grande: EDITORA UFMS, 2020. Cap. 3, p. 73–104.

MARINO FILHO, A. Processo educativo e personalidade: cuidado e superação do sofrimento psicológico. **Educação UFSM**, v. 44, p. 71 91, 2019.